



Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Cenário: A melhora das condições sanitárias, em especial no segundo semestre de 2021, e o consequente relaxamento das medidas restritivas marcaram a retomada da atividade econômica, porém, em magnitude significativamente menor do que se previa inicialmente. As reformas essenciais esperadas para 2021, em sua maioria, foram adiadas e o PIB cresceu em linha com a recuperação econômica e o avanço da vacinação. A escalada da inflação, muito acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ocasionou forte movimento de alta da taxa básica de juros (SELIC), a qual permaneceu com perspectiva de elevação. O ano de 2022 começa com muitas incertezas, no cenário externo, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia e no cenário interno, com o rápido aumento dos preços dos combustíveis e com o contexto de eleição presidencial, em meio a uma forte desaceleração da economia e necessidade de enfrentamento do déficit fiscal.

Inflação: Apesar da redução no índice de preços nos últimos meses do ano, a inflação acumulada no exercício de 2021 fechou muito acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no patamar de 10%. As estimativas para 2022, 2023 e 2024 encontram-se em torno de 5,4%, 3,5% e 3,0%, respectivamente (Fonte: Relatório Focus – 07/02/2022).

Taxa de Juros (Selic): A taxa básica de juros apresentou grande elevação no ano de 2021, passando de 2,00% para 9,25% ao ano. Já em 2022, a taxa foi novamente reajustada em 1,50% para 10,75% ao ano. Espera-se que o ciclo de

alta se encerre na próxima reunião, com elevação de mais 1,00% para 11,75%. Tal patamar deverá ser mantido até o final do ano. Para 2023, espera-se que a taxa SELIC seja reduzida em direção a patamares menos restritivos.

Produto Interno Bruto (PIB): Os dados mais recentes apontam para um PIB de 4,50% em 2021, reduzindo-se para 0,30% em 2022 e 1,53% em 2023 (Fonte: Relatório Focus – 07/02/2022).

Mercado de trabalho: A taxa de desemprego fechou o quarto trimestre de 2021 em 11,1%, bem abaixo do que os 14,2% do mesmo período do ano anterior. Espera-se que com o baixo crescimento econômico projetado para 2022, o mercado de trabalho não apresente grande evolução.

Transporte: O setor de transporte coletivo de passageiros tem sofrido significativos impactos desde o início da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. O ano de 2021 apresentou, em especial o segundo semestre, melhora nos indicadores de desempenho dos operadores do transporte coletivo, mas, ainda assim, é certo que a Pandemia continuará sendo um obstáculo à retomada mais forte de suas atividades. Por se tratar de setor essencial para a retomada da atividade econômica do País, a mobilidade urbana tende a apresentar processo acelerado de recuperação. Importante observar, também, que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estes apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente.

Resultados: A Caruana encerrou o exercício de 2021 com um total de ativos de R\$ 833.706 mil (R\$ 790.046 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais

as operações de crédito representaram R\$ 684.043 mil (R\$ 660.023 mil em 31 de dezembro de 2020), indicando aumento de 3,64% no período. No exercício de 2021 a Sociedade apresentou resultado negativo de R\$ 1.443 mil (contra prejuízo de R\$ 16.597 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 112.234 mil (R\$ 113.677 mil em 31 de dezembro de 2020). Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 15,1%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 9.848 mil no exercício de 2021 contra R\$ 8.555 mil no exercício anterior). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 14,40% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RAW), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (100,00% em dezembro de 2021). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

Destaque: A Caruana manteve no segundo semestre de 2021 sua classificação de Investment Grade, divulgada pela agência Standard & Poor's, com manutenção da perspectiva estável, mesmo diante do desafiador cenário da economia global ainda imposto pela Pandemia da Covid-19, demonstrando estabilidade financeira e em suas estruturas operacionais. A Sociedade continua em franca operação com Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado.

Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de Disponibilidade. Com o objetivo de proteger suas posições ativas e passivas quanto a eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, a Caruana aumentou expressivamente suas captações de recursos atreladas a taxas pré-fixadas e efetuou operações de "hedge" como forma de aperfeiçoamento à sua estrutura de gestão de riscos, reduzindo o impacto do aumento da taxa básica de juros (SELIC) em sua rentabilidade. Também, visando aumentar a segurança de sua carteira de empréstimo e financiamento e facilitar o acesso ao crédito de empresas de pequeno e médio porte, a Sociedade se habilitou junto ao BNDES no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), conforme Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020, e configurou-se como a primeira instituição (não repassadora do BNDES) a operar com a garantia do FGI – Fundo Garantidor para Investimento. A Caruana segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 23 de março de 2022.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		401.086	366.313
Diponibilidades	4	2.010	602
Instrumentos Financeiros		318.807	304.788
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	19.807	32.431
Títulos e Valores Mobiliários	6	13.306	10.054
Vinculados a prestação de garantias		13.306	10.054
Relações Interfinanceiras		4.493	2.596
Operações de Crédito	8a	277.608	258.284
Setor privado – Empréstimos		236.243	216.363
Setor privado – Financiamentos		77.477	87.617
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(36.112)	(45.696)
Outros Créditos	10	3.593	1.421
Valores a receber relativos a transações de pagamento	8a	1.487	626
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(16)	(619)
Outros Valores e Bens		80.269	60.925
Outros valores e bens	3l	76.475	58.522
(-) Provisão para desvalorização	3l	(7.210)	(5.493)
Despesas antecipadas		11.004	7.896
Não Circulante		428.693	423.733
Instrumentos Financeiros		365.310	356.676
Títulos e Valores Mobiliários	6	23.014	26.930
Vinculados a prestação de garantias	8a	342.296	329.746
Setor privado – Empréstimos		268.836	241.149
Setor privado – Financiamentos		100.000	114.268
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(26.540)	(25.671)
Outros Valores e Bens		3.046	7.536
Despesas antecipadas		3.046	7.536
Créditos Tributários	10 e 10a	60.337	55.455
Investimentos		465	408
Outros Investimentos		465	408
Imobilizado de Uso		771	939
Outras imobilizações de uso		3.371	3.192
(-) Depreciações acumuladas		(2.600)	(2.253)
Intangível		2.691	2.719
Ativos intangíveis		7.187	6.216
(-) Amortização acumulada		(4.496)	(3.497)
Total do Ativo		833.706	790.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Aumento Capital	Reservas de Lucros Legal Estatuária	Lucros/prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	90.074	4.505	2.816	4.079	-	101.474
Aumento de capital	33.305	(4.505)	-	-	-	28.800
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.597)	(16.597)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	(2.816)	2.816	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	(4.079)	4.079	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	123.379	-	-	(9.702)	-	113.677
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.443)	-	(1.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	123.379	-	-	(11.145)	-	112.234
Saldos em 30 de junho de 2021	123.379	-	-	(11.918)	-	111.461
Lucro líquido do semestre	-	-	-	773	-	773
Saldos em 31 de dezembro de 2021	123.379	-	-	(11.145)	-	112.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S/A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IE), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2021, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua carteira produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos a valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que, por aplicação às instituições financeiras, conforme determina o Circular BACEN nº 959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. Essas resoluções foram revogadas a partir de 1º de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do CPC, quando aplicável. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras da Caruana estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As notas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço e por meio dos índices pactuados. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção de realização, quais sejam: i) **Títulos para negociação:** Títulos disponíveis para venda e ii) **Títulos mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. A Caruana visando a proteção de suas posições ativas e passivas quanto a eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, em junho de 2020, realizou a realização de operações de "hedge" como forma de gerenciamento de sua gestão de riscos. A Caruana negociou em junho de 2020, contrato de "swap" CETIP x PRE no montante de R\$ 3.000. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da parte ativa de swap é de R\$ 3.211 e a parte passiva de R\$ 3.266, gerando um ajuste a valor de mercado negativo no resultado do semestre no montante de R\$ 55 (R\$ 141 no exercício). e) **Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permaneceram nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7. E no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram realizadas renegociações de crédito seguindo-se as disposições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.803. f) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. g) **Imobilizado e intangível:** Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. h) **Depósitos e letras cambiais/mobiliárias:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. i) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinação da Lei 13.169/2015 do art. 1º. A partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, conforme medida provisória 1.034/2021, convertida na lei 14.183/2021. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN. j) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões e passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. k) **Prejuízo por ação:** O prejuízo por lote de mil ações em 2021 foi de R\$ 17.99 (prejuízo de R\$ 206,92 em 2020) Segundo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). l) **Outros valores e bens:** Referem-se a recuperações de bens em garantias de operações de crédito em atraso, sendo R\$ 49.558 referente a veículos e R\$ 26.917 referente a imóveis, totalizando R\$ 76.475 (R\$ 58.522 em 2020). Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 31 de dezembro de 2021 a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 7.210 (R\$ 5.493 em 2020) para fazer face à desvalorização de Bens Não de Uso Próprio. m) **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia: Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de avaliação, principalmente

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)				
	2º Semestre	Exercício		
	2021	2021	2020	
Receitas de Intermediação				
Financiara				
Operações de crédito	8h e 9b	61.526	117.204	115.745
Resultado de Operações Com Títulos e Valores Mobiliários	6	1.314	1.818	1.220
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	624	856	963
Despesas de Intermediação				
Financiara				
Operações de captação no mercado	11	(27.371)	(46.501)	(32.551)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8f	(2.433)	(22.026)	(70.500)
Resultado Bruto da Intermediação				
Financiara				
Operações de prestação de serviços	15	5.031	9.848	8.555
Despesas de pessoal		(2.905)	(5.977)	(6.240)
Outras despesas administrativas		(24.235)	(43.909)	(33.542)
Provisões para riscos		(280)	(462)	(419)
Despesas tributárias		(1.877)	(3.884)	(4.482)
Outras receitas operacionais	16a	358	1.064	850
Outras despesas operacionais	16b	(554)	(1.774)	(1.234)
Resultado Operacional				
Financiara				
Resultado Não Operacional				
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro				
Financiara				
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(3.986)	(575)	10.690
Provisão para imposto de renda		972	(2.999)	(6.516)
Provisão para contribuição social		(68)	(2.457)	(4.051)
Impostos diferidos		(4.890)	4.881	21.257
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício/Semestre				
Financiara				
Número de Ações – Média Ponderada				
Financiara				
Lucro/(Prejuízo) por Lote de Mil Ações – Básico e Diluído – R\$	3k	9,6333	(17,9853)	(206,9168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021				
	2º Semestre	Exercício		
	2021	2021	2020	
Lucro/(Prejuízo) líquido no semestre/exercício		773	(1.443)	(16.597)
Itens que serão reclassificados para o resultado		-	-	-
Total do resultado abrangente		773</		

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento										
Descrição	31/12/2020		31/12/2021		2021		2020		Exigência (Limite)	31/12/2021
	Saldo	Constituições/ Reversões	Saldo	Reversões	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	Total		
a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.										
Saldo no início do exercício										
Constituições										
Realizações/reversões										
Saldo no final do exercício										
c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2021 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 06 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 2.201 (R\$ 3.597 em 2020) e 30 processos de natureza cível no valor de R\$ 7.432 (R\$ 3.517 em 2020) que somam R\$ 9.633 (R\$ 7.114 em 2020), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.										
14. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 123.379, representado por 80.212.805 (80.212.805 em 2020) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve constituição de reserva legal. c) Dividendos: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve distribuição de dividendos. As informações estão aderentes a Resolução 4.820 BACEN de 29/05/2020. d) Reserva estatutária: A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de dividendos através de reserva estatutária devido a prejuízos apresentados em exercícios anteriores.										
15. Receitas de prestação de serviços										
2º Semestre Exercício										
2021 2021 2020										
Tarifas sobre operações de crédito										
Tarifas sobre cartão										
Tarifa sobre cartão frete										
Receita comissões										
Total										
16. Outras receitas/despesas operacionais										
a) Outras receitas operacionais										
2º Semestre Exercício										
2021 2021 2020										
Reversão de provisões operacionais										
Outras rendas operacionais (I)										
Total										
(I) aumento em relação ao exercício de 2020 referente a fim de parceria, com baixa de provisão do produto descontinuado.										
b) Outras despesas operacionais										
2º Semestre Exercício										
2021 2021 2020										
Atualização de impostos										
Provisões passivas										
Outras despesas operacionais (I)										
Total										
(I) aumento em relação ao exercício de 2020 referente a fim de parceria com baixa de operação do produto descontinuado.										
17. Outras despesas administrativas										
2º Semestre Exercício										
2021 2021 2020										
Despesas de serviços de terceiros										
Despesas com processamento de dados										
Despesas com serviços técnicos especializados										
Despesas com veículos apreendidos										
Outras despesas administrativas										
Despesas com honorários da diretoria										
Despesas do serviço financeiro										
Despesas com depreciação e amortização										
Despesas de comunicação										
Despesas com alugueis										
Despesas de viagens no País										
Despesas de propaganda e publicidade										
Despesas com relações públicas										
Despesas de publicações										
Total										
18. Saldos e transações com partes relacionadas										
a) Transações com partes relacionadas										
2021 2020										
Ativo Receita Ativo Receita										
(Passivo) (Despesa) (Passivo) (Despesa)										
Descrição										
Caruana S/A Participações e Empreendimentos (i)										
Letras de câmbio										
Caruana S/A – Participações e Empreendimento (i) – capital de giro										
Soma Participações S/A – capital de giro										
H.I.M. Empreendimentos e Participações S/A – capital de giro (i) Controlador										
b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.999 em 2021 (R\$ 1.805 em 2020). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.										
19. Imposto de renda e contribuição social										
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social										
2º Semestre Exercício										
2021 2021 2020										
Resultado Antes do IRPJ e CSLL										
Efeito do IRPJ e Contribuição Social										
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes;										
(+/-) Adições (Exclusões) Permanentes/ Temporárias										
(+/-) Outros										
IRPJ e da Contribuição Social										

20. Limites operacionais – A Caruana encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Exigência (Limite)	Situação	Margem	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	72.872	131.150	58.278
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	54.654	109.543	54.889
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	40.990	109.543	68.553
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	18.218	54.889	36.671
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	65.575	1.236	64.339
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	112.234	105.234
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	123.379	116.379

Limites operacionais

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)

Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)

Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)

Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)

Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)

PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)

Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)

E alterações complementares.

Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouidoria – a) Governança: A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturamento leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor. b) Controles Internos: A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie. A nossa estrutura proporcionamos, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de P.L.D. c) Gerenciamento de Riscos: No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores. Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado. d) Ouidoria: Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes (www.caruanafinancieira.com.br), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de física física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

A Administração		Fábio Kiyoshi Yakushiji – Contador CRC-1SP 271.903/O-0	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Administradores e Acionistas da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria			
das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de março de 2022			
Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes Ltda.		CRC nº 2 SP 011.609/O-8	
Victor Vinicius Zanetti Zavagli – Contador		CRC nº 1 SP 289.692/O-4	